

## **OS POVOS TRADICIONAIS FALAM!**

### **CARTA DO II MUTIRÃO DA ARTICULAÇÃO ROSALINO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO TERRITÓRIO XAKRIABÁ, À SOCIEDADE BRASILEIRA E INTERNACIONAL**

No momento em que fazemos memória dos 30 anos dos mártires da Terra Indígena Xacriabá; no momento em que a Articulação Rosalino se apresenta como uma frente de defesa dos povos tradicionais em uma conjuntura de ataque e negação de seus direitos; no momento em que a região sofre com o agravamento dos efeitos das mudanças climáticas, intensificadas pela lógica desenvolvimentista predatória dos grandes projetos, reafirmamos nosso compromisso com a luta pela libertação dos territórios e pela construção do bem-viver.

Nós, povos e comunidades tradicionais geraizeiros, quilombolas, catingueiros, apanhadores de flores, veredeiros, vazanteiros juntamente com o povo indígena Xacriabá e organizações aliadas (CIMI, CPT, CAA, de assessoria, ensino e pesquisa e pastorais do campo), estivemos reunidos durante três dias no II Mutirão de Povos e Comunidades Tradicionais realizado na aldeia Itapicuru na Terra Indígena Xacriabá nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro de 2017. Vivenciamos momentos de reflexão, de fortalecimento da luta, fazendo memória dos indígenas e outros mártires que doaram vidas em defesa de seus povos, construindo caminhos e renovando esperanças.

Nos momentos de estudos, cada povo relatou suas histórias, seus modos de vida, o contexto atual de conquistas, lutas e desafios. Contamos com a contribuição da Articulação Rosalino que vem se constituindo como espaço de fortalecimento da aliança dos povos tradicionais na luta por seus direitos. Também contamos com a contribuição do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC) que vem acompanhando os debates e as políticas nacionais e internacionais relacionadas com a degradação climática que vem afetando de forma drástica os nossos modos de vida. Passaram 30 anos do Massacre, mas até hoje as nossas lideranças continuam sob ameaça, na insegurança, tendo que recorrer às instâncias de proteção dos direitos humanos.

No Mutirão dos Povos Tradicionais vimos:

- A riqueza e diversidade de experiências de vida e de agriculturas moldadas em estratégias de convivência com os ecossistemas que compõem o Norte de Minas e nas regiões de serra do Alto Vale do Jequitinhonha. A importância da contribuição dos povos tradicionais à economia regional, com a produção de alimentos e de diversos outros bens necessários à vida humana;

- A força da juventude assumindo o seu legado de luta;
- O avanço de políticas desenvolvimentistas promovidas pelos governos estadual e federal (monocultura de eucalipto, mineração, pecuária extensiva, grandes projetos de irrigação, barragens) que resultou na expropriação territorial de milhares de comunidades tradicionais, na invasão das terras do povo Xacriabá, além do assassinato de camponeses e indígenas. Esse processo ocasionou a degradação das águas, da flora e da fauna. Dezenas de espécies nativas de abelhas necessárias à reprodução das espécies da flora nativa estão sendo extintas. A diversidade de nossas sementes e criações estão sendo comprometidas.
- Milhares de nascentes, rios e pequenos córregos secaram, comprometendo a pesca e a vida dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha;
- Com a chegada destes grandes projetos, o nosso modo de viver, as nossas relações comunitárias vêm sendo afetadas pela violência das elites políticas e econômicas que interferem nas nossas organizações, costumes e festejos, com a cooptação ou ameaças às nossas lideranças e à nossa juventude;
- Como compensação à degradação ambiental dos impactos dos grandes projetos foram criadas unidades de conservação estaduais e federais, que incidiram exatamente nos territórios dos povos de comunidades tradicionais. Milhares de famílias de nossos povos foram expulsas ou impedidas ao uso tradicional do manejo dos recursos, da coleta de flores, frutos, remédios e da solta dos animais. Ressalta-se que a preservação desses espaços é fruto justamente de nossa ação, manejo que aprendemos com os nossos antepassados.
- Vimos também diversas iniciativas de resistência de nossos povos como o acesso à terra, demarcação, retomada e gestão de nossos territórios, produção agroecológica, recuperação ambiental e educação contextualizada. Conseguimos desenvolver e aprimorar nosso jeito de produzir, com novas práticas de manejo das águas, das terras, e da coleta extrativista. Melhoramos os processos de beneficiamento da produção e de acesso aos mercados, desenvolvidas por cada povo de acordo com suas demandas locais e regionais.

Apoiados pela Articulação Rosalino temos fortalecido nossa aliança pela retomada, gestão e proteção de nossos territórios, a exemplo da luta empreendida pelo povo Xacriabá.

Durante o Mutirão o CIMCA apresentou os resultados de sua intervenção em nível nacional e internacional no sentido de defender os interesses dos indígenas e de outros povos frente à gravidade da degradação climática. No contexto das mudanças do tempo, os povos indígenas denunciam sua exclusão do processo da construção das políticas de Estado e a priorização de

propostas direcionadas ao agronegócio e ao grande capital. E demandam a construção de políticas e programas que incentivem as comunidades a se prepararem e prevenirem para as graves consequências da degradação ambiental e climática que incidem sobre os seus territórios.

No contexto de afrontas aos direitos dos povos tradicionais, denunciemos um conjunto de medidas legislativas, como a PEC 68, a reforma da previdência, a reforma do ensino médio, entre outras, que comprometem os direitos sociais do povo brasileiro. Vimos, no caso particular dos cerrados, que novas políticas e programas vem sendo implementadas e que podem comprometer irreversivelmente este bioma e os seus povos como, por exemplo, o Decreto Presidencial 8.447 que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agrícola MATOPIBA, considerado a última fronteira agrícola no Brasil.

Este é o contexto que vivemos atualmente, em que garantias constitucionais vêm sendo ameaçadas pelo atual governo golpista e ilegítimo, sustentado pelo judiciário, legislativo e legitimado pela mídia que controla os grandes meios de comunicação no Brasil.

Nós, povos e comunidades tradicionais, assumindo o papel que nós é reconhecido como guardiões das águas, das terras e das matas, reafirmamos a garantia e demarcação de nossos territórios como primeiro passo para o enfrentamento das mudanças do tempo. A luta dos nossos antepassados é a nossa herança! Nesse momento em que cultuamos a memória de nossos mártires, reafirmamos como nosso compromisso e missão com a luta pela libertação dos territórios e pelo bem-viver.

São João das Missões, Terra Indígena Xakriabá, aos 12 de fevereiro de 2017

Assinam

Povo Indígena Xakriabá	CIMC – Comitê Indígena de Mudanças
Articulação Rosalino de Povos e	Climáticas
Comunidades Tradicionais	CIMI
Movimento Geraizeiro	CAA
Vazanteiros em Movimento	CPT
Comunidades Catingueiras	STR de Riacho dos Machados
Comunidades Veredeiras	STR de Porteirinha
Povo Quilombola	STR de Rio Pardo de Minas
CODECEX -	Juventude Geraizeira
	Representante da RDS Nascentes Geraizeiras

NIISA – Núcleo Interdisciplinar de PPGDS  
Investigação Socioambiental –  
UNIMONTES;